

Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola: observação das interfaces através de uma revisão sistemática da literatura

 Pedro Léo Alves Costa ¹,  Luciano Pires de Andrade ²,  Horasa Maria Lima da Silva Andrade ³

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Programa em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT). Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n. Dois Irmãos. Recife - PE. Brasil. ² Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. ³ Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

Autor para correspondência/Author for correspondence: pedro.leo@ufrpe.br

RESUMO. O presente artigo tem por objetivo analisar a intersecção entre Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola no Brasil. Para tanto, utilizou-se de uma revisão sistemática da literatura em trabalhos localizados no Portal de Periódicos da Capes, nos últimos dez anos (2012-2022). Na busca geral, optou-se pelos descritores “Educação do Campo” e “Educação Quilombola”, totalizando 216 trabalhos. Após a seleção dos critérios de exclusão e inclusão, bem como a triagem final, restaram 12 artigos como amostragem. Analisando os trabalhos selecionados, pode-se concluir que há um amálgama estrutural entre os temas desta pesquisa e que, apesar da intersecção que se conflui, ambas as “educações” ainda estão em processo de construção dentro da formação educacional brasileira, visto existir, nas suas institucionalizações, entraves e barreiras a serem superadas. Sendo forçoso concluir, portanto, que é necessário um olhar atento do Estado, da sociedade e da academia para que se priorize, de maneira formal e material, a melhoria da formação pedagógica e dos espaços educacionais tanto dos povos tradicionais quilombolas quanto dos povos do campo.

Palavras-chave: educação escolar quilombola, educação do campo, revisão sistemática, intersecção.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e15495	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------



Rural Education and quilombola school education: observation of the interfaces through a systematic review of the literature

ABSTRACT. This article aims to analyze the intersection between Rural Education and Quilombola School Education in Brazil. For that, we used a systematic review of the literature in works found in the Portal de Periódicos da Capes, in the last ten years (2012-2022). In the general search, the descriptors “Educação do Campo” and “Quilombola Education” were chosen, totaling 216 works. After the selection of exclusion and inclusion criteria, as well as the final screening, 12 articles remained as a sample. Analyzing the selected works, it can be concluded that there is a structural amalgamation between the themes of this research and that, despite the intersection that converges, both "educations" are still in the process of construction within the Brazilian educational formation, since there is, in the its institutionalizations, obstacles and barriers to be overcome. Therefore, it is necessary to conclude that it is necessary to pay close attention to the State, society and the academy, in order to prioritize, in a formal and material way, the improvement of pedagogical training and educational spaces, both for the traditional quilombola peoples and for the rural people.

Keywords: quilombola school education, rural education, systematic review, intersection.

Educación Rural y educación escolar quilombola: observación de las interfaces a través de una revisión sistemática de la literatura

RESUMEN. Este artículo tiene como objetivo analizar la intersección entre la Educación Rural y la Educación Escolar Quilombola en Brasil. Para eso, utilizamos una revisión sistemática de la literatura en trabajos encontrados en el Portal de Periódicos da Capes, en los últimos diez años (2012-2022). En la búsqueda general fueron elegidos los descriptores “Educação do Campo” y “Educação Quilombola”, totalizando 216 obras. Después de la selección de los criterios de exclusión e inclusión, así como del cribado final, quedaron como muestra 12 artículos. Analizando los trabajos seleccionados, se puede concluir que existe una amalgama estructural entre los temas de esta investigación y que, a pesar de la intersección que converge, ambas "educaciones" aún están en proceso de construcción dentro de la formación educativa brasileña, ya que existe, en sus institucionalizaciones, obstáculos y barreras a superar. Por lo tanto, es necesario concluir que es necesario prestar mucha atención al Estado, la sociedad y la academia, a fin de priorizar, de manera formal y material, el mejoramiento de la formación pedagógica y los espacios educativos, tanto para la quilombola tradicional pueblos y para los pueblos rurales.

Palabras clave: educación escolar quilombola, educación rural, revisión sistemática, intersección.

Introdução

Não se pode olvidar que a Educação do Campo é indissociável da Educação Escolar Quilombola. Dois fatores podem ratificar este fato: primeiro que, apesar de existirem comunidades quilombolas urbanas (Silva, 2005; Carril, 2005), os quilombolas hoje no Brasil são, por definição e por maioria, povos do campo (Moura, 2006; Brasil, 2010; Oliveira & D'abadia, 2015).

Segundo, que as tratativas que institucionalizam a educação no meio rural, através das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Brasil, 2002), além de se tornarem base normativa para as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no Ensino Básico” (Brasil, 2012), as quais vieram dez anos depois, trazem similitudes indissociáveis entre as especificidades de ambas as educações. Estas semelhanças se fundem desde a concepção do que são povos do campo, até a questão do território/territorialidade e identidade destes grupos nas suas formações pedagógicas e escolares.

Conforme o Decreto 7.352/2010 que “dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA”, entende-se por “populações do campo” os “agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural” (Brasil, 2010).

Portanto, a perspectiva de campo e ruralidade defendida pela Educação do Campo é o campo dos territórios dos povos rurais, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar e, enfim, viver com dignidade. O campo é, nesta acepção, lugar de efetivação da identidade territorial camponesa (Camacho, 2019). Nesse sentido, a identidade rural se entrelaça ao território quilombola, onde essas características afirmam tanto as realidades contemporâneas quanto a tradição histórica de ambos, pois são “como celeiros de uma tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história indenitária comum, com normas de pertencimento e consciência de luta pelos territórios que habitam e usufruem” (Brasil, 2012).

Pelo que, a educação feita para e com os quilombolas, enfatiza a identidade das comunidades, definidas pelas experiências vividas, versões compartilhadas de suas trajetórias, pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados, tudo fundamentado numa

história comum (Brasil, 2012). Assim, percebe-se uma intersecção entre essas estruturas, que abrangem os processos formativos presentes na "vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (Brasil, 1996).

Ademais, o ensino nos territórios rurais-quilombolas é fundamentado nos princípios da "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber", bem como no "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" (Brasil, 1996). O que reforça o multiculturalismo nacional, o pluralismo político e a promoção do "bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", conforme delineado pela Constituição de 1988.

Arruti (2017) leciona que os quilombolas hoje são, acima de tudo, um “movimento social novo”, no qual se busca “dar a forma de uma tese ‘histórico-humanista’ às apropriações contemporâneas da figura histórica do quilombo”. E os povos do campo foram impulsionados pelos movimentos sociais, pois, é a partir destes que existe a lógica da terra, a lógica do campo e, sobretudo, a dos sujeitos que ali vivem, constroem e defendem seu *modus vivendi* (Martins & Antunes-Rocha, 2009).

Com isso, a partir destas ideias propedêuticas, é que o presente trabalho tem por objeto verificar, através de uma revisão sistemática da literatura nacional e de seu estado da arte nos últimos 10 anos, o panorama de trabalhos produzidos que tratam da intersecção entre a “Educação do Campo” e a “Educação Escolar Quilombola”. “Educações” estas que são imprescindíveis para a formação pedagógica e educacional de dois grupos de importância inconteste para a teia social brasileira: os povos do campo e os povos tradicionais quilombolas.

Metodologia

Optou-se por empregar uma revisão sistemática de literatura, metodologia que busca fornecer rigor científico e ferramentas mais confiáveis para sintetizar as evidências disponíveis. O propósito principal deste procedimento é mitigar possíveis vieses na literatura, através de uma coleta abrangente dos textos publicados relacionados ao tema específico escolhido e delimitado pelo pesquisador (Thorpe et al., 2005).

Para Linde e Willich (2003) a revisão sistemática ocorre por meio de uma análise qualitativa de dados primários disponíveis na literatura sobre um tema específico. Dessa forma, é viável identificar questões que convergem, divergem ou apresentam lacunas, possibilitando uma abordagem mais aprofundada em futuros trabalhos. Nisto, os métodos sistemáticos são construídos para tornar os resultados e conclusões os mais objetivos possíveis. No entanto, as revisões são retrospectivas de trabalhos anteriormente feitos e dependem, portanto, da qualidade do material primário, por isso a importância da base de dados da pesquisa.

Neste sentido, as revisões de literatura precisam trazer um protocolo de pesquisa que, neste caso, consistirá na seguinte estruturação (Galvão, Sawada & Trevizan, 2004; Ramos, Faria & Faria, 2014): i) construção do protocolo; ii) objetivos da pesquisa; iii) âmbito da pesquisa; iv) operadores *booleanos* e termos pesquisados; iv) critérios de exclusão; v) critérios de inclusão; vi) coleta dos dados; vii) resultados e tratamentos dos dados e foi assim esquematizado:

Figura 1 - estrutura metodológica da presente pesquisa.



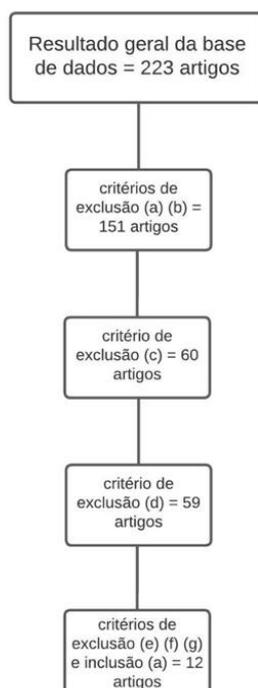
Fonte: elaborado pelos Autores a partir das obras citadas.

A escolha de delimitar o período se justifica pelo fato de que em 2012 ocorreu a criação das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no Brasil”, representando o marco institucional dessa modalidade educacional pelo Estado. Embora debates sobre a Educação Escolar Quilombola já existissem anteriormente foi, a partir desse momento, que ela foi oficialmente reconhecida e regulamentada através de uma Resolução específica. Quanto ao ano final, 2022, este foi selecionado como ponto de término devido à conclusão deste trabalho.

Resultados

Na base de dados (item III), campo “busca avançada”, feita a pesquisa por “assunto” com o operador *booleano* e os termos escolhidos (item IV), foram encontrados 223 resultados. Após a definição dos critérios de exclusão (item V) e inclusão (item VI), restaram, com a leitura minuciosa de todos os trabalhos, 12 artigos na triagem final, os quais serviram de base para essa revisão, estruturada no seguinte fluxograma (item VII):

Figura 2 - Fluxograma da coleta de dados.



Fonte: elaborado pelos Autores.

Os trabalhos da triagem final foram organizados em uma tabela contendo a ordem numeral do trabalho, o(s) Autor(es) e ano da publicação, título, objetivo, *link* para acesso ao trabalho, título da revista onde houve a publicação e, por fim, a classificação *Qualis*, quadriênio 2017-2020 vigente (em educação ou ensino):

Quadro 1 - Apresentação dos estudos após a triagem final da revisão.

Nº	Autor/ano	Título	Objetivo	Acesso	Revista e <i>Qualis</i>
1.	Oliveira (2017)	SER QUILOMBOLA: práticas curriculares em Educação do Campo	Apresenta um relato da aproximação com o campo na pesquisa sobre currículo e formação de professores que atuam nas escolas quilombolas em Conceição do Coité e Nordestina, no Território do Sisal, na Bahia.	https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.v26.n49.139154	Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade (A2)
2.	Arruti (2017)	CONCEITOS, NORMAS E NÚMEROS: uma introdução à educação escolar quilombola	Introduz o leitor na temática da educação quilombola por meio da apresentação dos seus conceitos básicos, das políticas públicas a eles relacionadas e, finalmente, dos números oficiais relativos à alfabetização da população quilombola e às escolas situadas em territórios quilombolas.	https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3454	Revista Contemporânea de Educação (A4)
3.	Rodrigues & Bentes (2018)	EDUCAÇÃO DO CAMPO ADAPTANDO MÉTODOS PEDAGÓGICOS: proposta para EJA sem evasão nas comunidades quilombolas	Propõe a inclusão de procedimentos pedagógicos que valorizem a cultura local nas turmas da EJA de duas escolas de comunidades quilombolas.	https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p451	Revista Brasileira de Educação do Campo (A4)
4.	Maroun (2016)	JONGO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: diálogos no campo do currículo	Analisa alguns diálogos, no campo do currículo, entre o jongo – prática cultural afro-brasileira – e a Educação Escolar Quilombola – nova modalidade de ensino institucionalizada no Brasil – a partir de um estudo de caso em uma comunidade quilombola (Santa Rita do Bracuf), localizada na região sul do estado do Rio de Janeiro, no município de	https://doi.org/10.1590/198053143357	Cadernos de pesquisa (A3)

			Angra dos Reis		
5.	Gomide et al. (2019)	EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: experiência da UNB no sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga	Historiciza a dinâmica de atuação da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília (UnB), com as comunidades do sítio histórico do território Kalunga e cidades dos arredores do quilombo.	https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e7187	Revista Brasileira de Educação do Campo (A4)
6.	Bicalho & Silva (2019)	A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: os movimentos sociais e a materialização das lutas	Caracteriza a Educação do Campo no Espírito Santo, apresentando as experiências educacionais que vêm se constituindo como alternativa de resistência dos camponeses ao padrão de desenvolvimento estabelecido pelo capital.	https://doi.org/10.15448/2179-8435.2019.1.30380	Educação Por Escrito (A4)
7.	Moreira & Brito (2017)	As contribuições do movimento quilombola para a construção de uma proposta de educação específica	Contextualiza as contribuições dos coletivos sociais na elaboração de uma proposta educativa diferenciada, perpassando a educação popular, do campo, as contribuições do movimento quilombola para a construção de uma proposta de educação específica para então adentrarmos numa proposta voltada às populações quilombolas.	https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.v26.n49.119137	Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade (A2)
8.	Oliveira (2017)	Motivações iniciais para elaboração de diretrizes da educação escolar quilombola na Bahia	Apresenta uma pesquisa sobre o processo de construção de Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola no estado da Bahia e sua relação com a política nacional. Privilegiando uma análise do processo local de construção da demanda no estado, focalizando as motivações iniciais e o contexto organizativo-político.	https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2017.v26.n49.p35-51	Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade (A2)
9.	Assunção Guimarães, Magnani & Lemes (2022)	A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E O ENSINO DE CIÊNCIAS: reflexões teóricas a partir de um relato de experiência	Visa contribuir para propostas de construção de um currículo de ciências em diálogo com as práticas quilombolas, a partir da discussão teórica sobre a potencialidade da perspectiva freireana em realidades quilombolas.	https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e12543	Revista Brasileira de Educação do Campo (A4)
10.	Carvalho,	O PROGRAMA	Pretende relatar e analisar	https://doi.org/	Revista

	Khidir & Coelho (2022)	ESCOLA DA TERRA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE ESCOLAS DO CAMPO E QUILOMBOLAS: práticas socioculturais como temas geradores no ensino da matemática escolar	questões que envolvem a relação Educação do Campo e o ensino de Matemáticas, na formação de professores e professoras, a partir do trabalho desenvolvido junto à cursistas educadores e educadoras de salas multisseriadas de escolas do campo, indígena e quilombola de cinco municípios do Tocantins, que participaram da segunda edição do Curso de aperfeiçoamento da Escola da Terra (SEMESP/MEC) no ano de 2021.	10.20873/uft.rbec.e1389	Brasileira de Educação do Campo (A4)
11.	Moreira & Brito (2016)	Desafios e perspectivas da pesquisa etnográfica em uma comunidade quilombola	A pesquisa visa compreender as contribuições do movimento quilombola para o processo educativo desses sujeitos, tendo por referências narrativas elaboradas por eles. A investigação tem como <i>locus</i> a comunidade quilombola de Carrapatos da Tabatinga, localizada no centro-oeste mineiro. A partir da inserção no campo, busca-se compreender processos formativos presentes na comunidade sob a perspectiva da etnografia.	https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9474	Trabalho & educação (A3)
12.	Rosa & Ferreira (2017)	A confecção de bonecas negras na formação docente	Este artigo é resultado de algumas práticas escolares e comunitárias desenvolvidas no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande, e de ações desenvolvidas junto à comunidade e povos tradicionais quilombolas, como por exemplo, a “Oficina Bonecas Negras: Resgatando a cultura do artesanato e construindo a identidade negra” realizada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, Indígena (NEABI-SLS).	https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p127	Revista Brasileira de Educação do Campo (A4)

Fonte: elaborado pelos Autores.

Verifica-se que, dentro da triagem e a respeito dos artigos escolhidos, os trabalhos são recentes, partindo dos últimos 6 anos: 2016 (2), 2017 (5), 2018 (1), 2019 (2) e 2022 (2). Quanto à classificação das revistas onde os trabalhos foram publicados, pela avaliação *Qualis* vigente, em educação ou ensino, há trabalhos que estão inseridos em revistas A2 (3), A3 (2), A4 (7), reforçando a importância da base de dados primárias (Linde & Willich, 2003), imprescindível para uma revisão sistemática de qualidade.

No que toca aos procedimentos metodológicos, abordagem e delimitação geográfica dos trabalhos, tem-se que há mais trabalhos empíricos do que propriamente teóricos, com diversas abordagens, análises, delimitação geográfica e processamento dos dados, reforçando a pluralidade dos trabalhos da sistematização:

Quadro 2 - Apresentação dos procedimentos metodológicos, abordagem e delimitação geográfica dos trabalhos.

Artigo	Procedimentos	Delimitação da pesquisa
1.	Uso de entrevistas e observação participante (abordagem qualitativa)	Escolas quilombolas em Conceição do Coité e Nordestina, no Território do Sisal, na Bahia
2.	Análise teórica e de dados (abordagem mista)	Comunidades quilombolas em geral
3.	Pesquisa de campo (abordagem mista)	Comunidades de Ramal de Murutinga, Ramal de Piratuba e Rio Baixo Itacuruçá, Pará
4.	Trabalho de campo de cunho etnográfico, na perspectiva de uma descrição densa (abordagem qualitativa)	Comunidade quilombola Santa Rita do Bracuí, localizada na região sul do estado do Rio de Janeiro, no município de Angra dos Reis
5.	Pesquisa de campo (abordagem qualitativa)	Território quilombola Kalunga localizado no nordeste do Estado de Goiás
6.	Pesquisa documental (abordagem qualitativa)	Movimentos sociais do campo no estado do Espírito Santo, além de legislações, decretos e portarias que tratam da Educação do Campo no Brasil
7.	Observação participante e entrevistas (abordagem qualitativa)	Comunidade quilombola de Carrapatos da Tabatinga e do movimento quilombola mineiro, bem como da pesquisa de dissertação de mestrado em Educação e da trajetória profissional na ONG Cedefes e na N'Golo
8.	Observação participante, trabalho de campo de caráter etnográfico, análise documental, participação em audiências públicas e entrevistas semiestruturadas (abordagem qualitativa)	Estado da Bahia
9.	Relato de experiência e análise documental e bibliográfica (abordagem qualitativa)	Comunidade ribeirinha e sertaneja quilombola do Capão do município de Presidente Juscelino, Minas Gerais.
10.	Análise documental (abordagem qualitativa)	Escolas do campo, indígena e quilombola de cinco municípios do Tocantins, que participaram da segunda edição do Curso de aperfeiçoamento da Escola da Terra (SEMESP/MEC)

11.	Abordagem etnográfica (qualitativa)	Comunidade quilombola de Carrapatos da Tabatinga, localizada no centro-oeste mineiro
12.	Metodologia de oficinas (abordagem qualitativa)	Quilombos do Município de São Lourenço do Sul, estado do Rio Grande do Sul

Fonte: elaborado pelos Autores.

Discussões

A Educação Escolar Quilombola se organiza no ensino ministrado nas instituições educacionais dos territórios dos povos tradicionais quilombolas, compreendendo na Educação Básica, em suas etapas e modalidades, a própria Educação do Campo. Esta fundamenta-se, informa-se e alimenta-se:

a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade. (Brasil, 2012).

E ainda:

deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade (Brasil, 2012).

A Educação do Campo terá sua organização e o funcionamento das suas escolas, respeitando as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições (Brasil, 2008).

Com isso, verifica-se que a normatização e a institucionalização de ambas as formações educacionais se traduzem na identidade territorial desses grupos, que se constrói a partir de uma concepção teórico-política e ideológica de educação (Camacho, 2019). Adequada, portanto, à lógica material e simbólica de reprodução da territorialidade do campesinato, pela qual contribui nos processos de resistências rurais-quilombolas. Assim, a proposição de uma Educação do (e no) Campo pretende incorporar, na definição de seu próprio conceito, a importância da terra e do território, da cultura e da identidade destas greges (Arroyo, Caldart & Molina, 2008).

A partir desta concepção, Arruti (2017) considera o percurso de ligação “quilombolas-ruralidade”, como uma primeira linha explicativa da “ressemantização” do termo “quilombo”,

ao qual não estaria completa se não viesse a cruzar e se sobrepor a um segundo percurso de apropriações do termo. Este que tem origem no campo da militância pela reforma agrária e nos estudos sociológicos sobre o direito camponês, tendo por foco as regras e padrões específicos de transmissão, controle e acesso a terra por parte de comunidades negras do campo.

Ainda, para o autor, há um paralelismo na norma que “dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA” (Brasil, 2010), já citada outrora. Por meio desse ato, os movimentos sociais do campo conseguiram reverter duas características fundamentais do sistema educacional brasileiro. Primeiro, a questão da lógica urbana, etnocêntrica e evolucionista, segundo a qual o rural representa o atraso e a defasagem e, depois, a predominância de políticas públicas generalistas que desconhecem as especificidades de determinadas populações, entre elas a do campo (Arruti, 2017).

Nesse sentido, a Educação do Campo além de contribuir para a desconstrução do paradigma de que o homem do campo, por ser, em sua maioria, analfabeto, era ignorante (Moreira & Brito, 2017), fez superar a visão histórica do campo apenas como um espaço de produção agrícola e incluindo também como local de produção de saberes (Assunção Guimarães, Magnani & Lemes, 2022)

Outro ponto importante de confluência é que, para a Educação do Campo, os movimentos sociais foram e são imprescindíveis para a sua formação (Bicalho & Silva, 2019; Moreira & Brito, 2016; Assunção Guimarães, Magnani & Lemes, 2022; Oliveira, 2017; Gomide et al., 2019) e os povos quilombolas são, hodiernamente, caracterizados também como um verdadeiro movimento social (Arruti, 2017).

Gomide et al. (2019) nos mostram que o processo de construção da Educação do Campo se deu a partir da luta dos movimentos sociais e sindicais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), com a luta necessária dos camponeses que reivindicavam/reivindicam a realização da Reforma Agrária.

Nesta seara, cabe lembrar que a Educação do Campo, antes de adentrar no campo puramente teórico, é uma prática cotidiana dos movimentos camponeses nas suas múltiplas formas de educação, inclusive na luta do que é um processo pedagógico. A Educação do Campo, portanto, deve ser compreendida através do processo formativo, desde as séries

iniciais ao ensino superior, de modo que contemple todo o percurso formativo do sujeito camponês (Gomide et al., 2019).

A Educação Escolar Quilombola se estrutura pela “memória coletiva” e o plano político-pedagógico das escolas quilombolas deve “ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar” (Brasil, 2012). Com isso, demonstra-se que esta é, assim como na Educação do Campo, um instrumento de luta coletiva. Neste ponto é que a Educação Escolar Quilombola traz, assim como a Educação do Campo, todos esses conceitos para o centro de uma pedagogia elaborada: o estudante, o professor, a liderança, a ruralidade e a própria comunidade (Brasil, 2002; Brasil, 2008; Brasil 2012). Além de desenvolver nestes atores uma consciência crítica do seu papel e importância sociopolítica no mundo, através da educação.

Portanto, Gomide et al. (2019) aduz que urge a necessidade de se fortalecer a relação com as escolas do campo e quilombolas nos territórios, de modo a se garantir a participação de representantes da comunidade escolar, bem como da globalidade destas coletividades em toda a formação educacional que circunscreve tais grupos.

Moreira e Brito (2016), partindo da referência dinâmica recente do movimento quilombola em Minas Gerais, mais particularmente o acompanhamento de lideranças ligadas à Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo), na luta pelo acesso aos direitos, infere a educação como um campo empírico que não apresenta uma episteme definida e delimitada, sendo o espaço da pesquisa em Educação pautado pela interdisciplinaridade.

Nessa perspectiva, a pesquisa em educação dialoga com inúmeras áreas do conhecimento, sendo suas possibilidades e processos investigativos diversificados, permitindo pesquisas que vão além do espaço escolar. Por isso que, no trajeto das Educações do Campo e Escolar Quilombola, deve-se mobilizar a área da educação para se propor novas perspectivas e formas de se pensar e fazer educação, não ficando tal processo restrito aos muros escolares (Moreira & Brito, 2016).

Isto posto, é que dois trabalhos sistematizados se conjugam à ideia apresentada: o de Rosa e Ferreira (2017), com uma pesquisa sobre práticas escolares e comunitárias desenvolvidas no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande e de ações desenvolvidas junto à comunidade e povos tradicionais quilombolas; e o de Carvalho, Khidir e Coelho (2022), sobre a relação Educação do Campo e o ensino de

Matemática na formação de professores e professoras, a partir do trabalho desenvolvido junto à cursistas educadores e educadoras de salas multisseriadas de escolas do campo, indígena e quilombola de cinco municípios do Tocantins.

No primeiro trabalho, se observa que cabe aos educadores/as da Educação do Campo olhar para o povo tradicional quilombola e criar metodologias para dialogar com estes, a fim de contribuir para a superação de seus problemas e do preconceito historicamente construído a respeito desses sujeitos. Nesse sentido, a formação educacional na Educação do Campo precisa se inspirar em epistemologias latino-americanas, que dialogam com os movimentos sociais, especialmente com as rurais, reconhecendo a diversidade de povos tradicionais que se tem no eixo sul. Além da inserção dos grupos no currículo, nas práticas escolares e comunitárias, fazendo com que os povos historicamente invisibilizados sejam protagonistas em espaços educativos: seus saberes e suas práticas cotidianas precisam ser valorizados e resgatados na formação de professores e professoras do campo (Rosa & Ferreira, 2017).

Na segunda análise, chega-se também à conclusão de que a Educação do Campo só se materializou nacionalmente em decorrência de uma articulação nacional dos movimentos sociais por meio das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos movimentos sociais e sindicais do campo, na defesa do direito à educação pública e de qualidade social. Vislumbrou-se que a educação para a ruralidade se constitui a partir do “dinamismo dos sujeitos”, como seres individuais, portadores de histórias e disposições, que emergem como seres educativos ao conectarem-se com a coletividade e o ambiente (Carvalho, Khidir & Coelho, 2022).

Este processo educativo recorre a um processo interativo e colaborativo, tendo por objetivo a transformação social, amparando-se, em parte, na cultura camponesa (rituais e linguagens) e na renovação das dimensões educativas. Por isso a importância de introduzir métodos pedagógicos adaptados à cultura local, objetivando um ensino motivador aos alunos do campo. Rodrigues e Bentes (2018), por exemplo, conseguiram transformar uma disciplina tida como “polêmica” e “difícil” (como a de ciências) através do uso da linguagem diferenciada do campo, ao contextualizar saberes filosóficos com saberes locais. Além disso, foi atribuído ao homem do campo o papel de mediador de saberes.

Concluindo que o ensino pode ser de qualidade nas turmas de Educação do Campo, a partir do método adaptado aos educandos dentro de seus conhecimentos. E, com base nessas dinâmicas de ensino e nas pesquisas do tempo da comunidade, pode-se constatar que o ensino

para alunos do campo (quilombolas, indígenas, ribeirinhos e demais), deve ser repensado e adaptado de acordo com seus saberes, o que contribui com a participação desses alunos e seu entrosamento e interesse em sala de aula (Rodrigues & Bentes, 2018).

A inferência também é do trabalho de Oliveira (2017), para quem a ligação da Educação do Campo e dos diversos atores deste processo pedagógico está diretamente relacionada às experiências destas comunidades. Por isso é necessário propor que ocorram intersecções entre práticas curriculares contextualizadas da Educação do Campo e a atenção ao processo de constituição identitária – entendido de forma ubíqua, múltipla e complexa – das comunidades quilombolas. O que indica possibilidades de estabelecer a experiência como elemento fundante na formação de estudantes do território, para que se possa compreender os efeitos, pensados em meio às negociações da diferença performaticamente produzidas nas práticas curriculares das escolas quilombolas-rurais (Oliveira, 2017).

Por essa razão que dinâmicas socioculturais do homem do campo se firmam em distintas formas de saberes e fazeres, as quais encontram-se ancoradas num vasto repertório marcado pela tradicionalidade e ancestralidade, que mantêm práticas oriundas das gerações que os antecedem. Os sujeitos do campo, assim como os quilombolas, trazem consigo seus valores e concepções de mundo, o que exige uma pedagogia diferenciada, que só se torna viável mediante utilização de instrumentos e linguagens condizentes com suas realidades (Moreira & Brito, 2017).

Outra Resolução que traz interessante garantia para a Educação Escolar Quilombola e a do Campo, como rememora Maroun (2016), é a número 07 de 2010 do CNE/CEB, que fixa as “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos”. O ato normativo caracteriza essas educações como “diferenciadas”, ao trazer a necessidade de respeito, por parte das escolas que atendem às populações do campo e quilombolas, para com suas peculiaridades de modos de vida. Porém, nos trabalhos aqui sistematizados, precipuamente os empíricos, foi possível verificar as dificuldades que as escolas quilombolas e do campo possuem para efetivar as garantias para uma formatação que seja de qualidade e que ratifique todas as peculiaridades aqui situadas.

Maroun (2016) cita a dificuldade encontrada pela escola pesquisada para com um trabalho voltado aos alunos destes territórios. Para além de pensar na educação voltada às diferenças, deve-se refletir sobre o racismo e o preconceito instituído no campo da educação, que, pautado no conceito de diversidade, opta por homogeneizar o currículo, a escolarização e

seus conteúdos, a partir da negação e da invisibilidade de uma parcela da população em idade escolar, silenciada e desvalorizada por tanto no campo social nacional.

Para a autora, observou-se, no campo da sua pesquisa, o fato de a instituição de ensino estar localizada em uma comunidade quilombola e rural, mas que não assegurou um currículo que dialogasse com a realidade local (Maroun, 2016). Nesse sentido, seria necessária uma proposta curricular para uma escola quilombola que incorporasse os saberes tradicionais em articulação com os saberes escolares, sem hierarquização (Brasil, 2012).

Bicalho e Silva, ao caracterizar a Educação do Campo no Espírito Santo, “apresentando as experiências educacionais que vêm se constituindo como alternativa de resistência dos camponeses ao padrão de desenvolvimento estabelecido pelo capital”, trazem que:

desde a década de 1980 vários representantes de organizações e comunidades quilombolas estão presentes na defesa por uma educação que valorize o campo brasileiro. Apesar da histórica trajetória de lutas por melhores condições de ensino nas escolas do campo localizadas em territórios quilombolas, as estruturas físicas dessas instituições educacionais nas comunidades quilombolas do estado, estão em condições de intensa precariedade. Além das inadequações estruturais, os povos tradicionais convivem com inúmeras dificuldades no desenvolvimento da agricultura familiar, em algumas regiões do norte capixaba e o agravante das propriedades quilombolas cada vez mais reduzidas, em decorrência do avanço das grandes empresas de monocultura (Bicalho & Silva, 2019).

Outros problemas vislumbrados são, por exemplo, a histórica desigualdade socioeconômica entre o homem do campo e o homem urbano, uma vez que o acesso a serviços públicos básicos apresenta uma significativa diferenciação entre os distintos contextos, não sendo diferente no que diz respeito à educação. E, ainda, as diferentes formas de reprodução econômica e sociocultural identificadas no meio rural, sobretudo se considerarmos o acesso a direitos específicos, especialmente o acesso à terra (Moreira & Brito, 2016; Moreira & Brito, 2017).

Por isso a importância dessas “educações” serem, conforme Assunção Guimarães, Magnani e Lemes (2022), modalidades contra-hegemônicas, pautadas na importância do reconhecimento das diferenças enquanto fator primordial para a garantia da isonomia, característica garantida tanto na Constituição Federal de 1988 quanto nas Diretrizes aqui elencadas. Os autores chegaram à conclusão de que, no campo da efetivação da Educação Escolar Quilombola, existem ainda várias indagações por parte dos educadores, dentre elas, a falta de materiais didáticos contextualizados às realidades locais. O que não deveria acontecer, visto que o material escolar deveria, em tese, inserir a realidade quilombola,

produzido em articulação com a comunidade, os sistemas de ensino e as instituições de Educação Superior (Brasil, 2012).

Carvalho, Khidir e Coelho (2022), em trabalho sobre formação continuada de professores e professoras de escolas do campo e quilombolas, trazem que há limites de formação para os povos do campo e quilombolas. Há falta de acesso à *internet*, ou *internet* de má qualidade, o que foi preciso interromper a formação docente analisada na sua pesquisa, porque ficaram sem sinal, além de muitos casos não haver sequer energia elétrica em algumas comunidades.

Os autores ratificam a importância da formação docente de qualidade, eixo presente nas Diretrizes da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola. Deve-se dar importância aos sistemas educacionais que garantam políticas de formação continuada, especialmente aos profissionais da Educação do Campo que, ao longo da história, têm sido desconsiderados como prioridade no investimento na melhoria das condições de infraestrutura e formação (Carvalho, Khidir & Coelho, 2022).

Assim, é necessário, ante a emergência de reafirmar as diferenças existentes, como pressuposto para a garantia da igualdade e dos problemas verificados, que os povos do campo e quilombolas se organizem em defesa de uma proposta educativa a partir da realidade destes territórios para que se assegure uma formação dialógica e contextualizada ao território dos educandos (Assunção Guimarães, Magnani & Lemes, 2022).

Portanto, como lembra Oliveira (2017), a Educação Escolar Quilombola, transformou-se em pauta de políticas governamentais e passou a configurar, junto à Educação do Campo, o cenário de reconhecimento e disputa por políticas de diversidade na educação.

A Educação do Campo transmuta-se em uma modalidade educacional afirmativa que busca reparar as desigualdades históricas sofridas pelos camponeses no contexto pedagógico. Na interface com a Educação Escolar Quilombola, estas buscam transpor o modelo tradicional de educação historicamente destinado às populações do meio rural, priorizando uma prática pedagógica construída com os sujeitos camponeses, valorizando e colocando em pauta suas culturas e saberes no ambiente escolar. Com isso, propõe-se a dialogar com as múltiplas trajetórias dos diferentes educandos, assumindo um compromisso de fomentar a criticidade e transformar tais realidades e, para tanto, deve integrar as dimensões científica, social, cultural e ambiental destes territórios (Assunção Guimarães, Magnani & Lemes, 2022).

Como rememora Moreira e Brito (2017) “conscientes de si, do que reivindicam e da identidade que representam”, refletir sobre o contexto desses grupos e comunidades, nos aponta para novas perspectivas teóricas no campo da educação, ao considerarmos o recorte da Educação Escolar Quilombola e Educação do Campo. Sobretudo ao se perceber mudanças paradigmáticas das ciências nos últimos anos, que não deixou de reverberar na própria educação *per se*, enquanto ciência múltipla e interdisciplinar e que alcança diversos setores sociais.

Conclusões

Com a sistematização aqui construída foi possível concluir que há um amálgama entre a Educação do Campo e a Educação Escolar Quilombola e que, apesar das características que se confluem, ambas ainda estão em processo de construção dentro da formação educacional brasileira, visto existir, dentro das suas institucionalizações, entraves e barreiras a serem superadas.

Como ponto de confluência, pode-se perceber que os parâmetros instituídos e institucionalizados para ambos, constantes nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola no Ensino Básico (Brasil, 2012), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e pela Constituição Federal (Brasil, 1988), possuem ditames fundantes que levam, além da garantia fundamental da educação à todos, a percepção de um contexto pedagógico priorizado a partir das especificidades destes grupos.

Nesse sentido, é relevante destacar que os estudos ressaltaram a importância da identidade e do território na construção sociopolítica e educacional tanto das comunidades camponesas quanto dos povos tradicionais quilombolas. Esses aspectos estão intrinsecamente ligados à ancestralidade, à cultura, ao saber fazer e às memórias que contribuem para a formação histórica e a estruturação do tecido social do país.

Os artigos compilados neste estudo demonstraram que a construção da Educação do Campo se deu pelos movimentos sociais, destacando também os povos tradicionais quilombolas como parte dessa dinâmica. Essa caracterização enfatiza a relevância desses grupos na batalha pelo acesso à terra e pela harmonia nos seus territórios, desempenhando um papel fundante na organização do cenário educacional rural-quilombola.

A necessidade de priorizar o currículo, o material escolar, a formação inicial e continuada dos docentes e o projeto político-pedagógico com as realidades de cada território, demonstra que a Educação do Campo e a Educação Escolar Quilombola são educações “diferenciadas” que exigem do Poder Público, da sociedade e dos atores envolvidos um olhar atento para estas idiosincrasias.

As questões abordadas pelos estudos destacam a carência de estrutura, suporte e organização nas escolas do campo e quilombolas, acarretando impactos negativos na realização do direito à educação, tanto como um direito social quanto humano. Demonstrando que a Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola são políticas públicas complexas, de efetivação e organização obrigatória pelo Estado e pela sociedade.

Portanto, torna-se essencial que o Poder Público direcione sua atenção para priorizar, de maneira substancial e concreta, aprimoramentos nesses espaços educacionais. Essa construção deve ser realizada em diálogo com um conjunto de atores, especialmente com as comunidades ali inseridas, a fim de compreender a relevância desses grupos e de sua diversidade na construção de um Brasil multicultural e caracterizado por um singular pluralismo político.

Imprescindível, assim, que tanto os povos rurais quanto os quilombolas não sejam negligenciados nesse contexto, pois, sem eles e, conseqüentemente, sem uma formação educacional e pedagógica adequadas que assegurem tais direitos, o país corre o risco de relegar sua própria história e perpetuar desigualdades, colocando em segundo plano grupos que há muito contribuem para a identidade nacional.

Referências

Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (Org.). (2008). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Arruti, J. M. (2017). Conceitos, normas e números: uma introdução à Educação Escolar Quilombola. *Revista Contemporânea de Educação*, 12(23), 107-142. <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3454>.

Assunção Guimarães, M. R. A., Magnani, L. H., & Lemes, A. F. G. (2022). A Educação escolar quilombola e o ensino de Ciências: reflexões teóricas a partir de um relato de experiência. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 7, e12543. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e12543>.

Bicalho, R., & Silva, M. A. (2019). A educação do campo no Estado do Espírito Santo: os movimentos sociais e a materialização das lutas. *Educação Por Escrito*, 10(1), e30380. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2019.1.30380>.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 05 de outubro). Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996, 20 de dezembro). *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao>.

Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 (2002, 3 de abril). *Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Recuperado de: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf.

Resolução CNE/CEB 2, de 28 de abril de 2008 (2008, 28 de abril). *Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo*. Recuperado de: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf.

Decreto n. 7.352 de 4 de novembro de 2010 (2010, 4 de novembro). *Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA*. Recuperado de: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao>.

Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010 CNE/CEB (2010, 14 de dezembro). *Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos*. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/>.

Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012 CNE/CEB (2012, 20 de novembro). *Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/>.

Camacho, R. S. (2019). Educação do Campo e territórios/territorialidades camponeses: terra, família e trabalho. In Molina, M. C., & Martins, M. D. F. A. (Orgs.). *Formação de formadores: Reflexões sobre as experiências da Licenciatura em Educação do Campo no Brasil*. Porto Alegre: Grupo Autêntica.

Carril, L. D. F. B. (2005). *Quilombo, território e geografia*. Agrária (São Paulo. Online), (3), 156-171. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i3p156-171>.

Carvalho, R. D., Khidir, K. S., & Coelho, R. R. (2022). O Programa Escola da Terra na formação continuada de professores e professoras de escolas do campo e quilombolas: práticas socioculturais como temas geradores no ensino da matemática escolar. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 7, e13897, 2022. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e1389>.

Galvão, C. M., Sawada, N. O., & Trevizan, M. A. (2004). Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 12(3), p. 549-556. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692004000300014>.

Parecer CNE/CEB Nº 16/2012 (2012, 5 de junho). *Parecer que embasa a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/>

Gomide, C. S., Villas Boas, R. V., Martins, M. L, Gouveia, L. R., & Dias, A. L. (2019). Educação do Campo e Pedagogia da Alternância: experiência da UnB no sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 4, e7187. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e7187>.

Linde, K., & Willich, SN. (2003). *How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine*. *J R Soc Med*. 96, 17-22. Recuperado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC539366>.

Maroun, K. (2016). Jongo e Educação Escolar Quilombola: diálogos no campo do currículo. *Cadernos de Pesquisa [online]*, 46(160), 484-502. <https://doi.org/10.1590/198053143357>.

Martins, A. A., & Antunes-Rocha, M. I. (2009). *Educação do campo - Desafios para a formação de professores*. Porto Alegre: Grupo Autêntica.

Moreira, A. M. F., & Brito, J. E. D. (2017). As contribuições do movimento quilombola para a construção de uma proposta de educação específica. *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.*, 26(49), 119-137. <https://doi.org/10.21879/faceba2358-0194.v26.n49.119137>

Moreira, A. M. F., & Brito, J. E. (2016). Desafios e perspectivas da pesquisa etnográfica em uma comunidade quilombola. *Trabalho & Educação*, 25(1), 281-292. Recuperado de: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9474>

Moura, G. (2006). *Quilombos contemporâneos no Brasil*. In Chaves, R, Secco, C., & Macêdo, T. (Orgs.) *Brasil África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde.

Oliveira, F. B., & D’abadia, M. I. V. (2015). Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, 4, 257-275. Recuperado de: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3712/2822>.

Oliveira, S. N. D. (2017). Motivações iniciais para elaboração de diretrizes da educação escolar quilombola na Bahia. *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.*, 26(49), 35-51. <https://doi.org/10.21879/faceba2358-0194.2017.v26.n49.p35-51>.

Oliveira, I. V. (2017). Ser quilombola: práticas curriculares em educação do campo. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade [online]*, 26(49), 139-154. <https://doi.org/10.21879/faceba2358-0194.v26.n49.139154>

Ramos, A., Faria, P. M., & Faria, A. (2014). Revisão Sistemática de Literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. *Revista Diálogo Educacional*, 14(41), 17-36.

Rodrigues, I. R., & Bentes, H. de V. (2018). Educação do Campo adaptando métodos pedagógicos: proposta para EJA sem evasão nas comunidades quilombolas. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 3(2), 451–472. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p451>.

Rosa, G. R., & Ferreira, A. D. S. (2017). A confecção de bonecas negras na formação docente. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 2(1), 127–143. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n1p127>

Silva, D. A. D. (2005). *O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano* (Tese de Doutorado). Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/4022/1/DjalmaSilva.pdf>.

Thorpe, R., Holt, R., Macpherson, A., & Pittaway, L. (2005). Using knowledge within small and medium sized firms: a systematic review of the evidence. *International Journal of Management Reviews*, 7(4), 257-281. Recuperado de: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=886601.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 06/01/2023
Aprovado em: 12/06/2023
Publicado em: 30/06/2024

Received on January 06th, 2023
Accepted on June 12th, 2023
Published on June, 30th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author was responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 9	e15495	UFNT	2024	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	------	------	-----------------

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Costa, P. L. A., Andrade, L. P., & Andrade, H. M. L. S. (2024). Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola: observação das interfaces através de uma revisão sistemática da literatura. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 9, e15495.

ABNT

COSTA, P. L. A., ANDRADE, L. P.; ANDRADE, H. M. L. S. Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola: observação das interfaces através de uma revisão sistemática da literatura. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 9, e15495, 2024.